

**A NOVA ORDEM GLOBAL: O ADVENTO DE UM NOVO POSTULADO
TRANSFRONTEIRIÇO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A NATUREZA SOCIAL DAS DESIGUALDADES
ESTAMENTAIS.**

Stefani Ramos Corraini^{1*}

RESUMO

O presente artigo busca, a partir do trabalho do sociólogo Ulrich Beck (1986) estabelecer as novas diretrizes presentes naquilo que ele chama por segunda modernidade. As mudanças que essa nova composição sociológica traz evidenciam acumulações de riscos de muitos tipos que serão discutidos no desenvolvimento deste trabalho.

A importância prescrita em atualizar essa nova composição mundial, modificadora de biografias é necessária e urgente às postulações sociológicas que devem incorporar novas estratégias frente à capacidade de repensar as lógicas contidas no interior da sociedade que se coloca visível aos olhos daqueles que dela compartilham, unindo diferentes frações do planeta, aparentemente díspares e sem conexões, sendo possível um diagnóstico de caráter planetário.

Palavras-chave: Segunda modernidade- Ulrich Beck- modernidade tardia-globalização.

INTRODUÇÃO

Ulrich Beck, teórico do livro “Sociedade de Risco”, escreveu em 1986 seu diagnóstico sociológico para o caso da modernidade tardia. Em um contexto do acidente de Chernobyl na cidade ucraniana. Este trabalho se inscreve majoritariamente sobre o eixo

^{*} Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho. Email: tetecorraini@hotmail.com

teórico de Ulrich Beck e a partir de suas discussões oferece sustentáculo para evidenciar a utilização de outros autores citados no decorrer do trabalho.

A Sociedade de risco enfatiza a “acumulação de riscos de âmbito ecológico, financeiros, militares, terroristas, bioquímicos, informacionais- que tem uma presença esmagadora hoje em nosso mundo” (BECK; 2011:361). Para que alcançasse sua vitória, foi necessária uma mudança estrutural que possibilitou a iminência de “catástrofes globais” (*iden*, p. 363), contingentes da crise ambiental, financeira, terrorismo global. Essas urgências não estão restritas a um aspecto limitado do globo, ao contrário, são igualmente distribuídos a todo o planeta Terra. Essas ameaças sobrepujadas pelos riscos se instituem tanto no âmbito privado como no coletivo e funcionam enquanto categorias institucionalizadas.

O objetivo do trabalho é abordar as prerrogativas de modernidade tardia onde estão situados os componentes da sociedade de risco, que no contexto de seu desenvolvimento ameaça até mesmo a classe que o promove, modificando os direcionamentos das desigualdades sociais que sofrem novas orientações, diferentes daquelas características do século XIX e começo do XX.

DESENVOLVIMENTO

A modernização tardia a que Beck se refere envolve a superprodução industrial causadora de grandes riscos para a humanidade inteira. As mudanças sociais levaram ao que Beck (1986) caracterizou como capitalismo tardio ou sociedade de risco, nesse contexto o autor aborda e discorre sobre os direcionamentos históricos e sociais dessa fase e suas implicações para toda a sociedade, que a partir de então se faz enquanto sociedade global. No estágio mais avançado do desenvolvimento das forças capitalísticas, ocorre como contingente a radioatividade, as toxinas e os poluentes que estão na água, no ar, na comida e nos efeitos que estes mesmos poluentes trazem não somente às pessoas, mas por sobre o meio ambiente inteiro, sua difusão ocorre nas plantas, florestas, animais, na natureza de um modo geral. (*iden*: 27). E com base nos riscos, ocorrem ameaças de “efeito bumerangue” (BECK, 2011, p.44) que terminam por ameaçar todas as classes, inclusive os ricos e poderosos, os detentores do lucro, responsáveis pela superprodução industrial e seu ápice histórico referente à nossa

contemporaneidade. Os riscos, a que Ulrich Beck se refere, estão atrelados à modernização tardia de modo que o meio ambiente é altamente desvalorizado “A contrapelo dos interesses de lucro e propriedade que impulsionam o processo de industrialização.” (*iden*, p.27).

Os riscos, a partir de suas expansões e mercantilizações, não permitem que haja um rompimento com a sociedade industrial capitalista de produção e desenvolvimento das forças produtivas, eles elevam suas forças a outro nível:

A fome pode ser saciada, necessidades podem ser satisfeitas, mas os riscos civilizatórios são um barril de necessidades sem fundo, interminável, infinito, autoproduzível. [...] Com a canibalização econômica dos riscos que são desencadeados através dela, a sociedade industrial produz as situações de ameaça e o potencial político da sociedade de risco. (BECK; 2013: 28)

Também é possível perceber que o conhecimento adquire uma nova notoriedade política, porque a sociedade de risco, a que Beck diagnostica, diz respeito tão somente a um tipo de “sociedade catastrófica” (*iden*, p. 28) em que “o estado de exceção ameaça converter-se em normalidade” (*ibidem*).

Esta evidência no estado de calamidade e catástrofe baseia-se tão somente no fato de que no interior das discussões sobre os riscos, com o apontamento de armas nucleares capazes de erradicar todo o planeta e civilização, ocorre:

A contradição entre humanidade (equívoco, fracasso) e segurança, longo prazo e irreversibilidade das decisões tomadas envolvendo grandes tecnologias e que colocam em jogo a vida das futuras gerações (*iden*, p. 36).

A modernidade tardia (ou pós-modernidade) é bastante diferente da primeira modernidade. Com relação à primeira, ocorreu uma racionalização científica, assim como a mudança das relações organizacionais de trabalho, envolvendo, pois, uma radicalização social, “dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e controle, das formas políticas de opressão e participação, das concepções de realidade e das normas cognitivas” (*iden*, p. 23). No entanto, ao se tratar da modernidade tardia, em que os riscos se estabelecem e ameaçam, ocorre uma evidência no estatuto de insegurança dessa mesma sociedade, com base na própria disseminação dos riscos que devem ser evitados (*iden*, p. 44). E esta insegurança não se restringe a uma questão puramente classicista, como os pensadores da modernidade do século XIX quiseram constatar. O que acontece com a pós-modernidade é que, muito embora os ricos e poderosos possam

comprar uma segurança, com relação aos pobres, no intuito de fugirem dos riscos. Isso pode ser melhor reformulado quando consideramos que a distribuição dos riscos acontece conjuntamente aquilo que Beck chamará por “ Efeito Bumerangue” (*iden*, p. 44) que se ocupa do fato de que nem aqueles que são economicamente privilegiados com relação ao lucro e ao poder, podem evitar os riscos as inseguranças que isto lhes traz. O *efeito bumerangue* dissipa os riscos de maneira global, de modo que todos devam deles colher suas possibilidades:

Ele também faz com que todos, globalmente e por igual, arquem com os ônus: o desmatamento causa não apenas o desaparecimento de espécies inteiras de pássaros, mas também reduz o valor econômico da propriedade da floresta e da terra. (*iden*, p.45)

O autor de Sociedade de Risco teoriza sobre o fato de “esse efeito social de filtragem ou amplificação que produz inquietações específicas de classe” (*iden*, p. 42); ou seja, a ocorrência sobre a distribuição dos riscos, do ponto de vista das divisões estamentais de classe, aconteceu e ainda acontece quando os riscos de tornar-se desempregado, por exemplo, é muito mais notório para aqueles que possuem pouca ou nenhuma qualificação do que para aqueles que são muito bem qualificados. Ou para o caso de riscos de exposição diante de um tipo de trabalho, são muito divergentes de acordo com o ramo da profissão (*iden*, p. 41). Nesse sentido, a afirmação de Beck volta-se a defesa do fato de que, para aqueles que possuem um maior poderio econômico, existem formas mais eficazes a fim de se protegerem diante dos riscos inerentes à modernidade tardia, no que diz respeito a escolher um lugar melhor para morar, e se alimentar de uma maneira em que se possa tentar minimizar a presença de produtos nocivos. Mas, nos deparamos aqui com o que o autor denomina por “Efeito equalizador do risco” (p. 43), ou seja, na medida em que os riscos tornam-se mais incisivos e se espalham desde a inerente crise ambiental, até violações relacionadas com a saúde, decorrentes de vários tipos de poluição que contaminam também os alimentos, eles atingem um âmbito universalista e não podem se restringir puramente às questões de classe prescritas:

Nesse sentido, sociedades de risco simplesmente não são sociedades de classe, suas situações de ameaça não podem ser concebidas como situações de classe, da mesma forma que seus conflitos não podem ser concebidos como conflitos de classe. (*iden*, p.43)

A distribuição dos riscos ocorre de forma globalizante e são intrínsecas aos atributos da globalização. As ameaças assumem uma esfera universal relacionada com a

forte onda de produção industrial, e não se restringe aos locais onde são produzidos, de modo que atravessam os limites nacionais, interligando todo o planeta Terra, vemos então que: “Mesmo no Canadá acidificam-se os mares, mesmo nos extremos setentrionais da Escandinávia morrem as florestas.” (*iden*, p. 43).

Todavia, acontece uma proliferação dos riscos de forma global, de modo que os riscos sejam compartilhados por todos, de maneira globalizante. Os efeitos generalizantes constituem-se em:

Destruições e ameaças de destruição da natureza e do meio ambiente, notícias sobre teores tóxicos nos alimentos e em bens de consumo, acidentes químicos, tóxicos ou nucleares, iminentes, ou pior, ocorridos, tudo isto atua como uma furtiva ou galopante desvalorização e desapropriação dos direitos de propriedade (*iden*, p. 46).

Entretanto, se os riscos constituídos no interior da modernidade tardia ultrapassam as concepções classicistas, estes também não podem se restringir às questões nacionais. O problema dos poluentes, por exemplo, torna-se um problema de risco supranacional, que traz difusões que não mais se limitam em termos puramente nacionais. Acontece, pois, que as próprias autoridades políticas e institucionais tornam-se ineficazes com relação a um combate referente aos acidentes e lixo tóxicos. Ou seja, a prevenção com relação aos riscos é algo não mensurável, algo a que Beck vai se referir como um “impacto irreversível” (*iden*, p. 48). E esses níveis altíssimos de insegurança enaltecem a si próprios pelo contingente da força motriz calcada no progresso civilizatório e na produção de lucro (*ibidem*).

Se o modelo moderno surgiu, em um primeiro momento, para evitar as destinações bastante presentes nos tempos da Idade Média, dando, a este novo corolário social, possibilidades das pessoas não se restringirem aos estamentos de classe e libertá-las de concepções imóveis de deslocamento social, acontece, entretanto, para o caso dessa segunda modernidade que se aponta, o fato de surgir uma nova “destinação global, de alcance mundial, fundada na ameaça” (*iden*, p. 49). Assim a ameaça ocorre para a vida de forma global e geral, os poluentes estão inseparáveis da ecologia e natureza, muito relacionados com a “consumação elementar da vida” (*ibidem*, p. 49).

O exemplo da Revolução Verde foi apoiado pelas nações industriais ocidentais e causou um aumento da produção alimentícia em até 40%. Este aumento da produção de alimentos é imanente ao aumento do uso de pesticidas (contabilizadas em centenas de

milhares de toneladas) pulverizados “sobre os pomares e campos de algodão, arroz e tabaco. [...] Na concorrência entre a morte pela fome, visivelmente iminente, com a morte pela intoxicação, iminente mais invisível” (*iden*, p.50). Assim, no âmbito alimentar ocorre também uma superprodução de venenos que vão desde a indústria química até a agricultura. (*iden*, p. 42):

Cozinhar e comer convertem-se numa espécie de química alimentar implícita, numa espécie de cozinha do diabo com pretensão minimalizadora, se bem que conhecimentos bastante sofisticados são necessários para que se consiga, em termos de “tecnologia industrial”, passar a perna por conta própria na superprodução de toxinas e venenos na indústria química e na agricultura. (*ibidem*, p. 42)

Se, no interior da modernização tardia, acontecesse o não emprego de substâncias químicas na produtividade dos alimentos em larga escala, a produtividade da terra cairia consideravelmente, e seria tomada por fungos e insetos que causariam uma queda relevante dos estoques alimentícios (*iden*, p.50). A luta contra a fome, contingente fundamental que impulsiona o uso de herbicidas e a produção em larga escala, faz referência a uma autonomia que compõe a minimização de riscos que em verdade estão sendo potencializados (*ibidem*).

Ulrich Beck insistirá no fato dos riscos de nossa sociedade global conseguir atingir ricos e pobres, não se restringindo a uma questão unicamente de classe, ocorre com o “efeito bumerangue” atinge também os países ricos, que em um primeiro momento se viram livres dos riscos através da transferência para países do Terceiro Mundo. Todavia, estes mesmos países ricos, terminam por importar mercadorias dos países pobres: “Com as frutas, grãos de cacau, rações animais, folhas de chá, etc; os pesticidas voltam à sua altamente industrializada terra de origem.” (*iden*, p.53).

Desigualdade de classes e desigualdade da sociedade de risco fazem um caminho de perspectivas opostas porque constitui uma relação em que a primeira pode gerar a segunda e ambas condicionam uma a outra, a desigualdade de classes pode produzir a desigualdade de riscos. Sendo que a sociedade de classes refere-se a um tipo de organização que contrasta riqueza e miséria lado a lado, em que a convenção vai de encontro a uma clara satisfação das riquezas materiais e acesso a bens de consumo:

A distribuição desigual da riqueza social guarnece com anteparos e justificativas a produção de riscos. Nesse caso, é preciso justamente diferenciar atenção cultural e política despertada pelos riscos de sua efetiva disseminação. (*iden*, p. 54).

A sociedade de classes pressupõe a miséria ao enfatizar seu caráter de riqueza e poder imanentes na lógica do lucro e da produtividade tecnológica incessante. É, de acordo com Ulrich, o próprio temor da carência material que impulsiona a existência dos riscos, que por serem invisíveis não são menos reais. As ameaças fazem-se reais, muito embora, não seja o tempo todo perceptíveis aos olhos. A sociedade de risco prevalece devido à ótica da lógica do capitalismo tecnológico tardio. Se, para a sociedade de classes, o que estava em jogo era a lógica da produção de riquezas, com suas relações de poder incluídas, para a sociedade de riscos, o que se coloca enquanto prova de sua concretização é que num estágio avançado do desenvolvimento tecnológico, conjuntamente ao desenvolvimento pontual da indústria química, tecnologia de reatores, microeletrônica e da tecnologia genética, este estágio alcançado pelo desenvolvimento social das forças produtivas fornece anteparos fortíssimos aos riscos, que por estarem ofuscados não são mais irreais ou menos concretos. Muito pelo contrário, ocorrem enquanto prova de sua eficácia (*iden*, p.54).

Os riscos se colocam enquanto uma evidência de caráter supranacional, e a situação de perigo global se faz notória enquanto algo que não estipula barreiras nacionais, muito pelo contrário, eles as transcendem e necessitam de exigências que não reconhecem limitações de fronteiras que as definem em apenas um lugar, os riscos se situam mundialmente de modo que as ameaças que estes mesmos problemas provocam “somente podem ser solucionados de forma objetiva e razoável em negociações transfronteiriças e acordos internacionais, e o caminho até aí passa consequentemente por conferências e arranjos que atravessam as fronteiras das alianças militares” (*iden*, p. 58).

Desse modo, é possível perceber uma nova articulação da sociedade civil que se volta a tentar evitar as ameaças intrínsecas causadas pela segunda modernidade, este acontecimento se dá diante do lixo atômico, da ameaça imanente da energia atômica e da própria depredação do meio ambiente, que acometem a todo o planeta enquanto uma propensão e suscetibilidade imanente ao risco. De modo que os riscos dão oportunidade às ameaças que tornam duvidosas às vantagens que os desencadeiam. (*iden*, p. 57). Assim, na medida em que as ameaças do capitalismo tardio tornam-se mais graves, os riscos aparecem enquanto uma “tendência à unificação objetiva das suscetibilidades em situações de ameaça global” (*ibidem*).

Isso quer dizer que as fronteiras se dissolvem diante da submissão em comum aos componentes do risco que se tornam mais e mais graves. De modo que a humanidade inteira está sob o jugo de seus cuidados. A sociedade de risco contém, portanto, em seu bojo “uma dinâmica evolutiva de base democrática que ultrapassa fronteiras, através da qual a humanidade é forçada a se congregar na situação unitária das autoameaças civilizacionais” (*ibidem*).

Diante das ameaças colocadas pela sociedade mundial de risco, ocorre o que Ulrich Beck vai chamar por “vácuo político”. A explicação deste conceito é que ao passo que todos- mundialmente- devem se solidarizar pelas ameaças que estão se intensificando, essa necessidade de criar anteparos com relação aos riscos não faz com que as ameaças “se convertam politicamente num conjunto de medidas preventivas de superação do risco. [...] Não se sabe ao certo qual tipo de política e de instituições políticas que estariam em condições de adotá-las” (*iden*, p. 58. Grifo meu). Essa precaução supranacional de se defender dos riscos acaba sendo antes um estado *de vir-a-ser* do que algo efetivo. O “vácuo político” a que o autor se refere diz respeito a um tipo de fissura em termos daquilo que seria uma coerência institucional capaz de proteger a todos diante das ameaças. Ainda a esse respeito, o autor discutirá sobre o “sujeito político” que foi teorizado – do ponto de vista das sociedades de classe – desde o século XIX- como sendo este sujeito o proletariado. Agora “a evidência social e política dessa concepção, justamente porque esteve correta é declinante” (*iden*, p. 59). As conquistas que trouxeram os movimentos políticos foram enormes num ponto em que “elas chegam mesmo a solapar seu antigo papel de indicativo do futuro.” (*ibidem*). Daí é possível mensurar a mudança de centralidade do proletariado para todos os indivíduos habitantes do planeta Terra que estão em constantes situações de ameaça diante dos riscos ocasionados pela emergência da modernidade tardia. Esta centralidade, agora voltada a todos os indivíduos do globo, faz existir o que o autor chamará por “comunhão de ameaça” (*iden*, p.58).

Neste sentido, é possível perceber que a sociedade de risco, consequência de um estágio determinado de desenvolvimento capitalístico conjuntamente ao fato dos mercados estarem entrelaçados bem como as próprias relações de poder e propriedade (*iden*, p. 61), modifica a centralidade contida na sociedade de classes, a que correlacionava o problema da fome e carência material, e modifica, para o caso da sociedade de riscos, a centralidade de um tipo de ameaça e destruição que devem

abarcam todo o planeta Terra. As fontes de perigo existem porque geram lucros altíssimos para o ramo industrial da energia atômica, da indústria química, da tecnologia, entre outras. (*iden*, p. 62). O que Beck chamará por “qualidade da solidariedade” modifica-se quando a sociedade de classes passa para a efetivação da sociedade de riscos. A primeira tinha como axioma o ideal da busca pela igualdade, a sociedade de risco compõe a busca pela segurança. “O lugar do sistema axiológico da sociedade *desigual* é ocupado assim pelo sistema axiológico da sociedade *insegura*” (*iden*, p. 59).

Ulrich vai falar do caso da Alemanha em que o processo de pauperização é diferente daquele tipo de pobreza material (com relação aos países industrializados e ao século XIX). Para o caso da sociedade de risco, as pessoas não estão mais pobres:

Ao invés disso, vivem frequentemente na afluência, numa sociedade de consumo de massa e da abundância (o que pode de todo modo ser acompanhado lado a lado por um aprofundamento das desigualdades sociais), são no mais das vezes bem formadas e informadas, mas têm medo, sentem-se ameaçadas e mobilizam-se para não permitir, para deliberadamente impedir que chegue a ocorrer a única verificação possível de suas visões de futuro realístico-pessimistas (*iden*, p. 63).

Diferente do século XIX, os problemas não mais podem ser superados com o aumento da produção econômica de bens de consumo. As situações de ameaça não estão restritas unicamente às classes que atingem outros direcionamentos, muito embora continuem a perpetuar enquanto instâncias desiguais, as ameaças advindas dos riscos são repartidas universalmente.

A experiência da luta de classes, no sentido prescrito pelos teóricos do século XIX e início do século XX, com base em uma validação histórica se modificou pelos acontecimentos sociais do pós-guerra e isso deve ser levado em conta pelos diagnósticos que a sociologia se incumbe. Como consequência da individualização, proposto por Beck, ocorre com as classes sociais um processo de *destraditionalização*, mas isso não retira das categorias de classes sociais seu caráter agravante de desigualdades, em função, por exemplo, do desemprego em massa. Ulrich Beck caracteriza também o “efeito elevador” *para baixo* (*iden*, p. 133), que está bastante envolvido com o fenômeno do desemprego, para o qual os esforços educacionais que orientam uma aquisição de diplomas e qualificações multifacetadas, também desvalorizam os esforços educacionais na medida em que novos critérios são

incorporados por outros modelos de categorizações estamentais, implícitas na fase de capitalismo tardio. Então, ocorre que as competições estão cada vez mais acirradas, e além de uma formação educacional forte é fundamental que mais qualidades sejam adicionadas “‘postura’, ‘relações’, ‘domínio de idiomas’, ‘lealdade’-, critérios *extrafuncionais* subliminares que comprovem a pertença a ‘círculos sociais’ que deveriam ter sido superados através da expansão educacional” (*iden*, p. 129. GRIFO MEU).

Isso sugere para o caso das discussões de Ulrich a respeito da *destradiconalização*, uma intensificação da individualização de acordo com a referência histórica do pós-guerra e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social. E não implica uma maior aproximação entre pobres e ricos (desigualdades sociais atenuadas ou extintas), mas sim que estas categorias de classes se tornaram dissolvidas dentro do processo de capitalismo tardio, porque “o desemprego já não é um destino de classe ou de grupos marginais, uma vez que foi generalizado e normalizado”. (*iden*, p. 137), representando uma ameaça verticalizada. A isso o autor vai categorizar o nascimento de uma “nova pobreza” (*iden*, p. 134) porque o problema do desemprego, ao ameaçar todos os indivíduos, deixa de ser uma questão estritamente delegada aos anteparos de classe, ocasionada no século XIX e início do XX. Portanto, “nas situações de vida individualizadas e carentes de vínculos de classe, o destino coletivo converteu-se mais e mais em destino pessoal, em destino individual” (*ibidem*).

No interior da segunda modernidade, é possível testemunhar uma transformação social em que ocorrem novas liberações de antigas formas existentes, contidas no bojo da civilização industrial, referente à primeira modernidade industrial. Contudo, as concepções de gênero, família, classe passam por uma efetiva transformação “de forma semelhante como ocorrera no curso da reforma protestante, quando haviam sido *liberadas* do domínio da Igreja para entrar na sociedade” (*iden*, p. 108).

Nos países ocidentais ricos, com o advento do Estado de Bem- Estar Social, pós Segunda Guerra Mundial, houve um “impulso individualizatório”, pertencentes a uma lógica até então desconhecida. (*ibidem*). Com base em novas apropriações de relações mercadológicas de trabalho, ocorre uma maior seguridade material, ocasionada pelo Estado de Bem- Estar Social, que compunham direitos sociais às pessoas que a partir de então se libertaram de “condicionamentos tradicionais de classe e de referências de

sustento ligados à família, e remetidas a si mesmas e ao seu próprio destino individual no mercado de trabalho, com todos os seus riscos, oportunidades e contradições”. (*ibidem*).

Dentro deste novo contexto de pós-modernidade, o indivíduo se vê liberto dos antigos condicionamentos relacionados à família, posições e gênero e classes sociais. Se estes processos rumo às libertações individuais estiverem centralizados em torno apenas da classe dominante, ocorre na modernidade tardia a ocorrência de uma democracia de massa, consequência direta do Estado de Bem- Estar Social, que dá possibilidades de maior amplitude material ao “trabalhador livre assalariado”. (*ibidem*).

A ocorrência dessa individualização se caracteriza por uma mudança de centralidade dos fundamentos que antes estavam salvaguardados sob o cunho de classes e estamentos. Ainda que a desigualdade social persista para o caso do capitalismo tardio, e faz-se presente o fato de existirem não singularidades econômicas e existência de pobres e ricos; as pessoas agora se colocam de formas a darem primazia às suas condições de sobrevivência e aquisição materiais, diluídas a outras classes que não somente a elite burguesa. A tese da individualização, proposta por Ulrich Beck faz referência a um tipo de confronto oriundo dos essencialismos previstos no interior das teorias marxistas e marxianas que carregavam a centralidade das lutas de classes. Com o advento do Estado de Bem- Estar Social, as classes encontram-se dissolvidas e deparamos-nos com um “capitalismo sem classes” (*iden*, p. 109).

Ainda que subsistam os problemas e contradições colocados pela desigualdade social que o desenvolvimento capitalista sugere, estes problemas subsumem a individualização que ilumina a emergência de um tipo de biografia particular jamais vista na História.

Os novos movimentos sociais (ambientalismo, pacifismo, feminismo) são, por um lado, a expressão das novas situações de ameaça na sociedade de risco e das contradições emergentes entre os sexos; por outro lado, suas formas de politização e suas instabilidades resultam de processos de formação social da identidade em mundos da vida destradicionalizados e individualizados. (*iden*, p. 111).

Nos países desenvolvidos, a desigualdade social encontra-se em novas categorias e formas de organização diferentes. Ao passo que elas persistem, ocorre que em países como a Alemanha em que o Estado de Bem-Estar Social propiciou uma

melhor distribuição dos meios de consumo, se encontram para além das sociedades de estamentos. Porque as condições vitais, elaboradas no segundo tipo de capitalismo pós Segunda Guerra Mundial, alteraram-se consideravelmente e com isso também modificaram os pressupostos de significação social imanente:

De outro lado, as condições de vida da população alteram-se radicalmente. A peculiaridade do desenvolvimento socioestrutural na Alemanha é o “efeito elevador”: a “sociedade de classes” foi movida *em conjunto* um andar acima. Apesar de todas as desigualdades que se produzem e se mantêm, existe um *plus coletivo* em termos de renda, educação, mobilidade, direitos, ciência e consumo de massa (*iden*, p. 114).

Isso pode ser mais bem explicado porque as identidades e vínculos puramente relacionados aos conceitos de classe foram diluídos em função de uma nova conjuntura decorrente do modelo de capitalismo tardio a que Beck se refere. Ao final da Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma reconstrução econômica baseada nos pressupostos do Estado de Bem-Estar Social (anos 50 e 60). Conjuntamente a isso, houve uma expansão do sistema educacional que possibilitou melhorias nas condições materiais de vida e novas relações de trabalho que suscitaram ampliações no nível de vida das pessoas, principalmente para os países que partilham de um Estado de Bem-Estar Social avançado, a exemplo da Alemanha, que Beck utiliza como alavanca teórica. Ademais, a elevação dos padrões de vida material da classe trabalhadora mediados pelo trabalho e suas novas relações permitiu aos trabalhadores assalariados que estabelecessem condições favoráveis à sua ascensão material biográfica. A isso o autor chamará por “efeito elevador” em que os estratos sociais tornam-se menos elucidativos, embora continuem existindo, porque com o advento da cultura de massa, foi possível às classes subalternas dos países industrializados, especialmente para o caso da Alemanha, maior ascensão material (*iden*, p. 116).

Igualmente, esses benefícios concedidos às famílias das classes trabalhadoras, que permitiram maior ampliação das possibilidades de ascensão e mobilidade sociais, deixaram as pessoas se autonomizarem com relação aos vínculos de onde elas advêm:

Os caminhos que as pessoas seguem na vida se autonomizam em relação às condições e aos vínculos a partir dos quais elas surgiram ou sob os quais acabaram de ingressar, e adquiriram frente a eles uma realidade própria, distinta, que os torna presenciáveis somente como um destino pessoal. (*iden*, p. 117)

Essas novas condições modificam também as relações de gênero a partir de novas condições de trabalho com o advento da independência feminina a partir da maior imersão das mulheres no mercado de trabalho em que lhes possibilitaram saírem dos níveis puramente domésticos e concorrerem a empregos remunerados, ainda dentro deste contexto de capitalismo tardio, o que possibilitou ao gênero feminino uma maior independência financeira relacionada ao contingente de modificações tanto simbólicas como sociais que possibilitou novas orientações às relações de poder no interior da família (*iden*, p. 118). Esta emancipação feminina regulada pelas novas relações de trabalho a ela ofertadas permitiu às mulheres que se desfizessem do jugo da família nuclear que era intrínseco às desigualdades de gênero. A *destradicionalização* a que Beck volta sua teoria faz referência, portanto, às dissoluções do antigo advento das imobilidades femininas no interior das concepções sociais capitalísticas (*iden*, p.118).

Para o caso dos países industrializados, é notório que os divórcios tenham aumentado e continuam aumentando, assim como suas relações para além da família nuclear, veem se adensarem no interior do capitalismo tardio, com base nas consequências diagnosticadas na *destradicionalização* em que “Essa semi-institucionalização de formas extrajurídicas e extrafamiliares de convivência sinaliza, talvez mais que o próprio fenômeno, o ritmo da mudança” (*iden*, p. 151).

A desigualdade sexual entre homens e mulheres coloca-se em uma ambivalência aos postulados contidos na modernização tardia. Com o advento da fase pós Segunda Guerra Mundial, houve mais condições de uma realização plena da vida privada, intrínsecas às condições mercadológicas de trabalho prescritas, ao passo que foram também suprimidas por novas condições relacionais. Para o caso das relações de gênero, a universalização das relações mercadológicas “tampouco conhece seus tabus próprios e autoimpostos, e compromete a integração das mulheres no ‘destino estamental’ industrialmente produzido da vinculação ao trabalho doméstico e do sustento conjugal” (*iden*, p. 161). Isso sugere que os padrões anteriormente prescritos sejam dissolvidos de antigos postulados estamentais, para o contexto de individualização, fazendo com que rumo à realização da própria vida, fundamentada no trabalho e em novas possibilidades de emancipação por ele gerados, ocorre também para as relações masculino-feminino, dentro do contexto ao qual elas se referem, uma liberação da tradição que colocavam os atributos sociais em acordo com as perspectivas sexuais, enquanto uma qualidade imanente da natureza (*iden*, p. 156-162).

Os confrontos sexuais se diferenciam das implicações ocorridas dos confrontos de classe, nascentes no século XIX (*iden*, p. 163). Sendo, portanto, explicitados na fase tardia do capitalismo onde as “classes sociais já foram *destradicionalizadas* e a modernidade, já não se detém diante dos portões e formas de família, de casamento, de paternidade e do trabalho doméstico” (*iden*, p. 164). Conjuntamente à modernização do Estado de Bem-Estar Social, pós Segunda Grande Guerra, ocorre as “demandas de uma biografia normalizada dependente do mercado, são estendidas também ao controle da vida feminina” (*iden*, p. 165). Com isso, ocorre o derretimento da família nuclear bem como sua ética fundamentada em pressupostos tradicionais “de destinos sexuais, de seus tabus relacionados ao casamento, à paternidade e à sexualidade, ocorrendo até mesmo a reunificação do trabalho profissional e doméstico” (*iden*, p. 165). Como consequência desse triunfo, o processo de segunda modernização possibilitou que os papéis de gênero fossem reformulados de forma a provocar a liberação intersexual de suas condições estamentais (*iden*, p. 166).

A tese de Ulrich Beck esteve voltada aos investimentos de uma chamada “contramodernidade” (*ibidem*) em que se rompem as estabilidades das relações de gênero, e uma ascendente incerteza assola as relações interpessoais:

Tudo torna-se repentinamente incerto: a forma de convivência, quem faz o quê, onde e como, as noções de sexualidade e amor e sua vinculação com o casamento e a família, a instituição da paternidade decai na oposição entre maternidade e paternidade; os filhos, com a intensidade crescentemente anacrônica do vínculo que representam, convertem-se nos únicos parceiros que não partem. Inicia-se uma luta e uma experiência geral com “formas de reunificação” de trabalho e vida, de trabalho doméstico e profissional etc. Em resumo o privado torna-se político e irradia-se por todas as esferas (*ibidem*).

Todavia, Ulrich irá questionar os fundamentos dessa libertação dos estamentos intersexuais e suas obrigações para com a tradição feminina. Evidencia como contingência dessa ruptura cinco condições fundamentais na vida das mulheres, que possibilitaram essa reviravolta explícita. Dentro do perfil histórico cultural pós Segunda Guerra Mundial, a primeira mudança ocorreu com o aumento da expectativa de vida, que fez com que as mulheres tivessem mais fases de vida que não só voltadas às obrigações para cuidar dos filhos. O segundo caráter que enviesou essa mudança foram os “processos de racionalização técnica” (*iden*, p.168) que se voltou a intensificar as tecnologias que dispensaram o trabalho manual e possibilitaram uma “desqualificação

do trabalho doméstico” (OFFE apud BECK, p.168). Outra razão bastante propícia à liberação feminina foi a ascensão de métodos contraceptivos que liberou as mulheres do “fato consumado da maternidade” (*iden*, p.169). A quarta razão descrita por Beck é a diminuição da dependência feminina com relação à economia dos maridos e sua inserção dentro do mercado de trabalho. Por fim, as oportunidades educacionais ascendentes motivaram as mulheres a arcarem com seus próprios custos de vida. (*ibidem*).

Ainda que essas condições tenham sido colocadas enquanto uma propensão à individualização das mulheres e liberação dos seus antigos estatutos de gênero, ocorre que com a possibilidade do desemprego, e mesmo se do ponto de vista de uma escolha da maternidade as mulheres se encontram entre esse processo de liberação e sua retomada aos valores tradicionais anteriormente prescritos:

O direito da família e a realidade do divórcio, garantias sociais insuficientes, as portas fechadas do mercado de trabalho e o fardo do trabalho doméstico são os elementos marcantes das *contradições* que o processo individualizatório acarretou para a existência feminina (*iden*, p. 170).

Dentro deste contexto, para o caso dos homens, suas garantias econômicas estão de acordo com seu tradicional papel estamental de gênero “Isso quer dizer, entretanto: a individualização (no sentido de uma existência mediada pelo mercado) *reforça* o comportamento tipicamente masculino” (*iden*, p. 171). Igualmente, a liberação de estamentos de gênero no que confere aos homens também se encontra submersa em meio a contradições. Ao se livrarem da obrigação anteriormente prescrita de “único provedor” (*ibidem*), os homens veem-se em uma nova missão diante da esposa e dos filhos: enquanto *insuficientes* das tribulações cotidianas e veementes em suas condições de dependentes emocionais, possibilitando a eles novas atuações em suas qualidades biográficas (*iden*, p. 171-172).

Dessa discussão, Ulrich Beck ressalta o amor enquanto uma prevenção diante da ameaça da solidão em que mesmo nele, para um contexto de individualização moderna, afrouxam-se os laços familiares e as relações se abrem a outras possibilidades de convivência (*iden*, p. 174). A nova atuação dentro do mercado de trabalho requer mobilidade e não relaciona as demandas e perspectivas pessoais enquanto que a família e a união entre parceiros levam em conta pressupostos pessoais e esquecem as demandas mercadológicas:

No acabado modelo de mercado da modernidade, está pressuposta uma sociedade sem família ou casamento. Cada um tem de ser autônomo, disponível para as demandas do mercado, para ser capaz de garantir economicamente sua existência (*iden*, p.176).

Quando a mulher emerge como um ser economicamente ativo, deixa de ter a suprema responsabilidade pelos atributos domésticos e urge uma contradição insolúvel entre individualização e família. A conclusão que se segue é que para o caso da mulher que abdica de suas vantagens profissionais faz-se necessário desistir do principal pressuposto implícito na conquista da autonomia da própria vida (*iden*, p. 176). Ter filhos se equipara a um grande risco aos processos de individualização (*iden*, p. 178).

Ademais, dentro deste contexto de um mundo cada vez mais globalizado, Ulrich Beck e Elisabeth Beck- Gernsheim (2007) discutirão a respeito do “nacionalismo metodológico”, tão presente nas Ciências Sociais se encontrar cada vez mais obsoleto como explicações contingentes para o mundo atual e suas implicações institucionais. Isso porque a perspectiva acerca do Estado Nacional já não oferece sustentáculos fortes para as tendências que se apresentam cada vez mais globalizadas (BECK, U. E, 2007, p. 10). A perspectiva cosmopolita de uma modernidade mundial se faz com base em um capital cada vez mais globalizado, bem como a intensificação das tecnologias de comunicação e do transporte, o surgimento de movimentos globais como o ambientalismo e as redes terroristas mundiais (*iden*, p. 11). O mundo do trabalho está submetido a um notória mudança estrutural que modifica os antigos postulados de classe perpassando as relações familiares e modificando todo o contexto global, ocasionando o que os autores em questão chamarão por “geração global” (*iden*, p. 13) que caracteriza a emergência de uma geração rica em conflitos e incertezas, como consequência das experiências de caráter cosmopolita (*iden*, p. 76).

Aquilo a que ambos os autores evidenciaram como “geração patchwork” (*iden*, p.79) está relacionado às competências transnacionais que se estabelecem dentro desse contexto de pós-modernidade e que não pode ser contido em uma uniformidade de ação já que admite conexões múltiplas oriundas de uma lógica individualizada calcada em uma realidade social globalizante com base na produção e no consumo, na ocorrência de tecnologias cada vez mais fortes para com os meios de transporte que possibilita sua intensificação encurtando suas distâncias (*iden*, p. 78).

Ademais, a ocorrência da circulação de capitais cada vez mais abrangentes, o declínio do comunismo, e a ocorrência da revolução digital contribuíram para que ocorresse a perda das categorias político espaciais no interior do tempo que estavam bastante evidentes na primeira modernidade e ocasionou a globalização. A partir dessa não contenção espacial, ocorre uma característica supranacional que caracteriza essa nova modernidade emergente (GALLI, 2002, p. 120-130). A dissolução da primeira modernidade se dá enquanto uma substituição de valores aqui contidos por estamentos cada vez mais incertos que solapam as condições estamentais outrora edificadas.

Neste ínterim de contexto de capitalismo tardio, fortemente discutido na teoria social de Ulrich Beck, vemos o quanto as questões centralizadas nos ditames estamentais de classes, a que se valeram as teorias sociológicas contidas no século XIX e começo do XX, tiveram que ser repensados no interior de outras dinâmicas, que permitiram retirar a ênfase do proletariado e colocá-la em outras instâncias. Começamos uma discussão a respeito da teoria de Axel Honneth e Nancy Frazer (2003), cada qual a seu modo se valerão de seus argumentos no intuito de enfatizarem a importância que deve ser ofertada às políticas de reconhecimento enquanto uma importante ferramenta a se valer no contexto de capitalismo avançado, em constante processo de globalização. Disso advém a necessidade de pluralizar valores ao horizontalizá-los, pensando a identidade a partir da existência de diferença.

A instância redistributiva está bastante atrelada ao jugo das desigualdades sociais provocadas por disparidades econômicas, que se vale das categorias de justiça material no intuito de afirmar a igualdade entre os indivíduos. O reconhecimento, portanto, se vale enquanto uma postura que viabiliza pensar os direitos minoritários, como os direitos indígenas, das mulheres e de todas as minorias que comportam uma diferença a que a luta econômica não pode dar conta, com seus princípios de distribuição material equânime dos bens. (HONNETH; FRAZER, 2003, p. 3-5).

As formas preconizadas pelo eixo identidade/diferença como componentes salutaras da forma liberal da democracia ocidental. As democracias do Welfare State, cujas bases nacionais foram, em grande medida desvalorizadas, voltaram seus conflitos, principalmente, sobre a questão dos recursos e foram repensados em termos distributivos, através de apelos advindos de regras universalistas, com a questão da diferença e do reconhecimento delegados às marginalidades. (*idem*, p. 74). A afirmação

rumo à redistribuição igualitária aparecia para tipificar o significado de justiça. Não havia nenhuma necessidade de examinar a relação de afirmação por reconhecimento. Hoje, de acordo com os autores, esta relação está fora de problematização, já que é impossível ignorar a luta por reconhecimento, diante de um contexto global que põe em debate variadas diferenças culturais, sexuais e intersubjetivas. (*iden*, p. 138).

Até o final da década de 1980, nos Estados Unidos, John Rawls preconizou a expressão de uma democracia social que caracterizava a si mesma enquanto uma teoria normativa de ordem política que visava construir um senso de justiça no intuito de eliminar desigualdades. A política aparece, então, não enquanto fundamentada em princípios de igualdades materiais, mas enquanto meio de validar categorias de reconhecimento, delegados à marginalidade. (HONNETH; 2010, p. 9).

Nancy Fraser descreve este processo de mudança, situado historicamente, enquanto uma prerrogativa central que testemunha a transição de uma ideia centralizada na distribuição igual de bens para o fundamento de reconhecimento. Assim, o ideário de justiça redistributiva aparece aqui enquanto uma instância salutar a evidenciar uma ideia de justiça que busca a igualdade social por meio de distribuição equânime de bens que possibilitariam a liberdade aos indivíduos. O reconhecimento faz referência às condições devidamente oferecidas aos indivíduos sob o jugo do reconhecimento das diferenças envolvendo a integridade de todos os membros de uma sociedade. (HONNETH; 2010, p. 10).

O desencanto político e social propiciados pela ascensão de regimes conservadores ocasionou a instabilidade política rumo ao bem-estar, deixando de lado as perspectivas que vislumbravam maior igualdade política e social e as contingências atribuídas às categorias de reconhecimento prescritas “El reconocimiento de la dignidade de personas y grupos constituye el elemento esencial de nuestro concepto de justicia “(*iden*, p. 12).

Para Honneth, trata-se- tão somente- de reconhecer conteúdos interpretativos distintos que estão muito imbuídos de perspectivas morais específicas que devem se relacionar com um tipo de normatividade que possa dar conta dessa pluralidade de interesses. (*iden*, p. 12). Tal qual o legado hegeliano, acerca de seu conceito de reconhecimento que previa uma ideia de autoconsciência humana voltada a experiência de reconhecimento social como uma totalidade imanente. O advento de Hegel muito se

equipara a um princípio de autoconsciência imanente ao desenvolvimento moral de toda sociedade vista enquanto um avanço moral. (*iden*, p. 12). Em Hegel, se prescreve a luta por reconhecimento enquanto um tipo de progresso que é tão somente moral e envolve uma luta subjetiva a que os indivíduos devam se referir para salvaguardar seus interesses de identidade.

Charles Taylor e Nancy Fraser tenderam a reduzir o reconhecimento social e o trataram como esferas normativas a que todas as demandas políticas estariam inclusas, sob o jugo das chamadas políticas de identidade. (*iden*, p. 36):

Así como los movimientos de políticas de identidad de hoy no pueden reducirse a objetivos exclusivamente culturales, los movimientos de resistencia tradicionales de fines del siglo XIX y principio del XX no se pueden reducir solamente a objetivos materiales o jurídicos (p.39).

Dentro da concepção de Honneth, a teoria do reconhecimento deve levar em conta as implicações normativas da igualdade jurídica e a ideia normativa de que cada indivíduo, enquanto membro de uma sociedade democrática possa ter oportunidades de ser socialmente valorizado a partir de suas contribuições individuais. (*iden*, p. 40-41). E, portanto, vai à contramão das teorias marxistas, afirmando que as regras de distribuição não podem acoplar a luta por reconhecimento devendo pensar os mecanismos socioculturais enquanto precursores de atenuação de conflitos que marginalizam indivíduos e o distanciam de seus devidos reconhecimentos. (*iden*, p. 43).

Do ponto de vista das discussões anteriormente evidenciadas, marcado por um contexto de nova ordem global, é notório como as novas formas de institucionalização viabilizaram a recaída dos antigos estamentos preconizados entre o século XIX e começo do XX. Disso resulta que novas formas de convivência necessitem ser pensadas e contabilizadas, e não estão somente centralizadas em pressupostos de classe e seus essencialismos outrora diagnosticados pelas Ciências Sociais. Deste novo contexto político social, faz-se necessário incluir outras demandas, como a luta por reconhecimentos, porque pensa-los, conjuntamente às inclusões que favorecem a distribuição de bens igualitários é admitir as implicações propostas num novo advento social em que a emergência de um Estado cosmopolita não cessa de dar boas vindas a uma nova ordem: uma ordem que é transnacional, e acarreta uma modificação incisiva nas demandas a que deve por em prática as novas necessidades que esse postulado implica.

CONCLUSÃO

O postulado pós-moderno rumo à racionalização acelerada constitui um prato cheio à existência de incertezas de onde Ulrich Beck valida seu legado teórico. Embora a Sociedade de Risco possa ser proclamada enquanto a preconização de catástrofes globais diante das exacerbações para com o meio-ambiente, as acelerações dos meios de comunicação de massa, a aceleração dos capitais e a crise financeira devem ser olhadas enquanto um potencial político que possa transformar, positiva ou negativamente o mundo em que vivemos (BECK, 2010: 362).

O contexto da sociedade de risco mundial se valida enquanto uma pluralidade global em que a visão puramente nacionalista vê-se condenada à insuficiência. Isso se dá em razão de:

Os riscos globais abrem um espaço moral e político que pode fazer surgir uma cultura civil de responsabilidade que transcenda as fronteiras e conflitos nacionais. A experiência traumática de que todos são vulneráveis e a decorrente responsabilidade pelos outros, até para sua própria sobrevivência, são os dois lados da crença no risco mundial. (*iden*, p. 364).

Esse novo espaçamento político e social em que a globalização se vê encerrada modifica os postulados paradigmáticos sociais de nossa atualidade, e ao erradicarmos antigas concepções vemos a importância crucial de se atualizar antigos postulados prescritos no interior das concepções em que as Ciências Sociais nos ofereceram por durante muito tempo. Então, do nacionalismo metodológico, das lutas de classes se colocam sob novas perspectivas em que os interesses do capital atrelados à eminência de um Estado cosmopolita faz a clemência de atualizações no campo das desigualdades sociais e do reconhecimento das minorias, que estão sob a latente transformação e orientação do jugo daquilo que Ulrich Bech evidenciou em seus escritos enquanto a “*forma cosmopolita da instância estatal*” (*iden*, p. 374-375).

Os processos de *destraditionalização* (BECK, 2011) coincidem com um novo espectro social informado pelos riscos. A virada do pós-guerra e a chegada do século XXI possibilitaram a abertura de uma nova dinâmica social em que se intensificaram o

ensejo de ameaças globais vivenciadas por todo o planeta Terra. Reconhecer o advento desse postulado via a modificação da estrutura social é reconhecer, portanto, as modificações imanentes que converteram os estamentos do primeiro capitalismo em um conjunto de prognósticos que perpassam as classes sociais, as convivências familiares e as regras de sociabilidade como um todo.

Atualizar historicamente essa nova biografia mundial faz-se necessário para abrir possibilidades de pensar as desigualdades a partir de novas estratégias. E o foco fundamental é repensar a lógica contida na sociedade de riscos enquanto componente máxima do mundo em que vivemos para o critério de vincular os pontos de planeta, aparentemente distintos, no intento deste novo contexto global, e permitir compor formas coerentes que garantam um prognóstico mundial pontual e apropriado “para dar conta da nova radicalidade e complexidade das desigualdades sociais numa sociedade mundial de risco” (BECK, 2010:366).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BECK, U. (2011) *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento, São Paulo: Editora 34.

BECK, U. y E. BECK- GERNSCHEIM (2007) *Generación Global*, Barcelona: Paidós.

GALLI, Carlo. (2002) *Espacios Políticos. La edad moderna y la edad global La Globalización*. Buenos Aires: Nueva Visión.

HONNETH, A. (2010) *Reconocimiento y menosprecio*. Buenos Aires: Katz.

_____. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation. In: FRASER, N; HONNETH, A. Redistribution or recognition? A politicalphilosophical exchange. New York; London: Verso, 2003a.

